

Educação Ambiental e Ensino de Filosofia: Caminhos para uma Reconstrução dos Hábitos Alimentares Compatíveis com a Vida dos Seres e da Terra

*Environmental education and philosophy teaching: paths towards reconstructing eating habits
compatible with the life of beings and the earth*

Iraceles Ishii dos Santos¹

RESUMO: O presente texto tem como proposta investigar como o ensino de Filosofia pode colaborar na construção de relações éticas no ambiente através dos hábitos alimentares. Pensando na educação ambiental, nossa proposta foi discutir como o ensino de Filosofia pode encaminhar a construção de saberes na escola sobre alimentação que sejam compatíveis com a vida dos organismos, com o ambiente. A metodologia utilizada foi a investigação filosófica por meio de textos e da experiência como professora da rede pública do ensino básico do Estado de São Paulo. Os alimentos tóxicos, alimentos que inflamam e sobrecarregam o sistema imunológico impossibilitam de perceber o que está ocorrendo a nossa volta. Corpo doente, mente doente. Normalizar em nossos corpos alimentos que são produtos de processos de escravização seja da terra e dos organismos, acabam normalizando em nossa concepção de mundo tais desigualdades e processos de violência e escravização. Acreditamos que os efeitos de um alimento estão associados com toda sua história e as relações de produção. Através da Filosofia podemos identificar a desinformação e propor uma discussão sobre as informações que foram ocultadas, sua história e suas relações, e assim proporcionar um olhar ético sobre o problema. Acreditamos que há relação de alguns alimentos que são considerados maléficos para um povo com a exploração da vida que a história que esse alimento possui naquele ambiente. Sendo assim, toda investigação alimentar precisa ser feita por cada povo. Corroborando com o fazer-se comunidade e o pensar coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino; Filosofia; Educação ambiental; Alimentação.

ABSTRACT: This text aims to investigate how teaching Philosophy can help build ethical relationships in the environment through eating habits. Thinking about environmental education, our proposal was to discuss how teaching Philosophy can guide the construction of knowledge in schools about food that is compatible with the life of organisms and the environment. The

¹ Doutoranda em Educação pela UNESP. Mestre em Filosofia pela UNESP. Licenciada em Filosofia pela UEL. Professora do Estado de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6693-9964> E-mail: iracelesishii@outlook.com



methodology used was philosophical investigation through texts and experience as a teacher in the public elementary school system in the State of São Paulo. Toxic foods, foods that inflame and overload the immune system, make it impossible to perceive what is happening around us. Sick bodies, sick minds. Normalizing foods that are products of processes of enslavement of both the earth and organisms in our bodies ends up normalizing such inequalities and processes of violence and enslavement in our worldview. We believe that the effects of a food are associated with its entire history and the relations of production. Through Philosophy, we can identify misinformation and propose a discussion about the information that has been hidden, its history and its relationships, and thus provide an ethical perspective on the problem. We believe that there is a relationship between some foods that are considered harmful to a people and the exploitation of life and the history that this food has in that environment. Therefore, all food research needs to be done by each people, corroborating with community building and collective thinking.

KEYWORDS: Teaching; Philosophy; Environmental education; Food.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos um paradoxo, estamos na era da informação com grande acesso de dados disponíveis publicamente, ao mesmo tempo em que estamos alheios ao que ocorre ao nosso ambiente. Ocorre que independente do acesso ou não a dados sobre os caos ambiental, as experiencias cotidianas nos centros urbanos e áreas rurais nos fornece os indícios das crises e problemas ambientais. Catástrofes ambientais, pessoas em situação de rua, postos de saúde lotados, aumento da irritabilidade social, crises de ansiedade, queimadas, alta dos preços, falta de água, falta de energia elétrica, mudanças abruptas nas estações do ano, surgimento de novas doenças, fome, violência.

Como o ensino de Filosofia pode colaborar na construção de relações éticas no ambiente? Como construir uma relação com o conhecimento coerente com uma ação engajada que olhe para o entorno com sensibilidade e respeito e a partir disso forneça possibilidades de interferências éticas no mundo? Propomos aqui como o ensino de Filosofia pode colaborar na construção de hábitos alimentares mais compatíveis o possível com a vida dos organismos.

Em Diálogos em Educação Ambiental, Serantes-Pazos e Sorrentino (2022) defendem a educação ambiental como uma nova cultura do corpo, da Terra, da terra e do território, por meio da critica aos modelos heteropatriarcais, coloniais e saqueadores de pessoas, culturas e da Terra. A proposta é construir fazeres ecossociais que desconstruam o modelo de desenvolvimento desvinculado dos processos que sustentam a vida e a dignidade humana. Amparando o debate nas discussões iniciadas na Rio-92, apontam que o caminho estaria na constituição de diálogos

interculturais a partir de políticas municipais e movimentos sociais como o ambientalismo e o ecofeminismo. Nesse sentido, compreendemos uma educação ambiental crítica que não ignora a dimensão social, os problemas como pobreza, fome e preconceito, da dimensão ambiental. Antes disso, que compreende o ser humano como um organismo que pertence ao ambiente.

Partimos da leitura de codependência entre ecologia, como estudo das relações, e da política, como prática das relações, presentes em *Por una nueva cultura de la tierra, Tierra e território: rutas de transición para sociedades sustentables* de Sorrentino et al. (2020). A leitura de ecologia e política como campos inseparáveis, nos fornece a defesa de que a discussão de hábitos sustentáveis que visam a preservação de recursos naturais, não pode ser feita sem a discussão do acesso das diferentes e diversas populações sobre o mesmos, bem das estruturas ideológicas de poder que regem essas relações entre indivíduos e meio. Nesse sentido, precisamos olhar para as relações que o organismo tece na história, fornecendo a importância do contexto para a geração do significado.

O termo alimentação saudável foi transformado em slogan pelas empresas alimentícias, e seu significado foi esvaziado. Nessa lógica, compreende-se que alimento saudável é aquele que carrega a maior quantidade de zeros possíveis, zero glúten, zero lactose, zero açúcar e outros. Acentuando a restrição de alguns ingredientes considerados prejudiciais, ignorando outros ingredientes piores presentes nos alimentos industrializados e ultraprocessados e toda a cadeia de trabalho que envolve a produção, os processos de escravização de pessoas e da terra. Ignorando a forma como é embalado e o lixo que é gerado. Fortalecendo o argumento da restrição, do sofrimento, e dividindo a sociedade em dois grupos indivíduos: que conseguem ter uma alimentação saudável, que aceitam o sofrimento para obter méritos, e os que não conseguem, aqueles que preferem não sofrer.

Pensando na formação, como o ensino de Filosofia pode encaminhar a construção de saberes na escola sobre alimentação que sejam compatíveis com a vida dos organismos, com o ambiente? O problema não é só como conseguir construir esse conhecimento para que as informações obtidas tenham significado, e assim tenham sentido para cada pessoa, mas também como conseguir romper com as barreiras criadas pelas informações bombardeadas pelas mídias e redes sociais. Que tipo de relação com a informação obtida e com todos os envolvidos nesse processo deve existir para que haja resultados? O discurso neoliberal dominante compõe as

camadas de desinformação que direcionam e normalizam a ação coletiva. Contudo, esse discurso que interessa aos empresários não é identificado pelas pessoas, que acreditam agir por livre arbítrio.

O objetivo da pesquisa foi discutir caminhos, a partir dos princípios da educação ambiental crítica, de como o ensino de Filosofia pode encaminhar a construção de saberes na escola sobre alimentação que sejam compatíveis com a vida dos organismos, com o ambiente. Para isso realizamos a discussão de dois estudos de caso. Num primeiro momento, tratamos sobre os problemas do açúcar e, num segundo momento sobre os ultraprocessados. Nosso intuito foi apresentar também um olhar sobre a relação entre corpo e conhecimento, ou sobre corpo e mente, ou ainda sobre a importância do que nos alimentamos para as relações que construímos em nosso meio.

A metodologia utilizada foi a investigação teórica bem como por meio da experiência como estudante universitária e professora da rede pública do ensino básico do Estado de São Paulo. O método utilizado terá como base a pesquisa teórica para a construção de caminhos para a prática do ensino de Filosofia. Acreditamos que olhar os diversos elementos que compõe o nosso problema, não apenas os quantitativos, fornecem o contexto das relações que o conhecimento é construído e conduzem para a construção de um olhar ético na construção de hábitos alimentares mais compatíveis o possível com a vida dos organismos.

2. O AÇÚCAR

A ingestão do açúcar industrializado originado da cana-de-açúcar constitui um dos hábitos alimentares mais presentes para grande parte parte dos brasileiros. Contudo, o processo de produção do açúcar na história do Brasil é permeado por processos de escravidão, seja da terra através da desertificação do solo gerado pela plantation e o aquecimento global, seja de humanos através dos povos negros no Brasil colonial e de povos indígenas e outros vulneráveis no Brasil atual. A Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego apresentou em seu relatório que só no ano de 2022 foram encontrados 2.575 trabalhadores em condições análogas a de escravos, sendo 362 pessoas no cultivo de cana-de-acúcar, a atividade econômica que mais possui trabalho escravo.

A situação piora se considerarmos os possíveis problemas de fiscalização e se considerarmos que a análise de números não nos fornece elementos qualitativos da gravidade dos fatos, pois retira a história de vida dessas 362 pessoas. Se soubéssemos a história desses 362

indivíduos, e todo processo de injustiças nos quais foram submetidos, teríamos elementos que aprofundariam ainda mais a gravidade dos fatos.

Atualmente, a planta nativa da Ásia que chegou ao Brasil pelos portugueses quando invadiram essas terras, é concebida como a “solução” de um problema maior, a diminuição de emissão de gases danosos a atmosfera com a queima do petróleo. Segundo Fernandes et al (2013, p.80),

A crescente evolução do setor sucroalcooleiro no país ocorre devido à crescente demanda de utilização dos combustíveis renováveis (etanol) e produção de alimento (açúcar) de modo economicamente competitivo e ambientalmente sustentável (MARQUES et al., 2009). O cultivo da cana-de-açúcar, é responsável por cerca de 98% das emissões de gases provenientes da queima de resíduos agrícolas no Brasil devido à diversidade de produtos e subprodutos derivados (LIMA et al., 1999). Uma boa opção para evitar a queima da cana-de-açúcar é a utilização de máquinas para a colheita, porém, mecanizando totalmente este serviço o índice de desemprego se eleva, desencadeando outro problema direcionado à sociedade. Além disso, leva-se em conta que as máquinas também podem prejudicar o solo, pois causam compactação e perda da matéria prima, além de serem grandes consumidoras de óleo diesel, chegando a alguns lugares ao consumo de meio quilometro por litro de diesel consumido (RIPOLI e RIPOLI, 2004).

O trecho acima apresenta alguns problemas históricos do plantio de cana-de-açúcar no Brasil: se por um lado sua queima é responsável pela emissão de quase a totalidade de gases provenientes de resíduos agrícolas no país, a mecanização tem ocasionado possíveis danos ao solo e desemprego em massa. Mas vimos que a permanência desses trabalhadores nos canaviais também não é a solução, pelas condições degradantes de trabalho. O artigo acima mencionado defende o etanol como saída irremediável aos problemas ambientais, apontando que o uso de máquinas apesar dos problemas ao solo e do desemprego em massa, apresenta benefícios, por emitir menos dióxido de carbono que o combustível fóssil e possuir maior rendimento. Nessa lógica, opta-se pela solução que mais agrada à visão industrial, quando na verdade todas as alternativas não apresentam solução alguma.

Da costa do Nordeste brasileiro, onde a exploração da cana-de-açúcar foi predominante no século XVI, a partir da década de 70 sua produção passa a se concentrar no Sudeste, sobretudo em São Paulo (Dubos-Raoul, 2023). Houve uma queda da produção na década de 80, mas segundo Dubos-Raoul (2023, §5 e 6):

No século XXI, a busca global por energias renováveis e o novo interesse por matérias-primas agrícolas explicam o recente boom do setor sucroenergético. O Estado de São Paulo é ainda responsável por 60% da cana produzida no país devido à concentração do setor na região no século anterior. A expansão açucareira acontece hoje nos Estados vizinhos, em especial no Mato Grosso do Sul e em Goiás. As áreas destinadas à plantação de cana aumentaram 292% e 331%, respectivamente, no período de 2006 a 2016. No Estado de Mato Grosso do Sul, esse aumento concentrou-se na porção sul. No período

de dez anos, a produção de cana-de-açúcar na região passou de 12.011.538 toneladas em 2006 para 51.927.246 em 2016, ou seja, um aumento de mais de 300% nos volumes produzidos. Em termos de área plantada, a cana-de-açúcar passou de 152.747 hectares em 2006 para 658.282 em 2016, registrando um aumento de 331%.

Sendo o Mato Grosso do Sul um dos estados brasileiros com parcela expressiva de povos indígenas, a nova onda de expansão açucareira agravou ainda mais os conflitos e a violência da região dos proprietários rurais antigos e novos, assentados pelo governo ao longo do processo de exploração, com os povos indígenas da região, os Guarani e Kaiowás reunidos por conta do confinamento territorial sob o qual sofreram.

Segundo o Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, de 2019 (p.124), “dados oficiais obtidos junto à Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e secretarias estaduais de saúde informaram a ocorrência de 113 assassinatos de indígenas em 2019. Estão entre as vítimas pessoas pertencentes aos povos Kaxinawá, Nawa, Wassú, Tikuna, Apurinã, Kanamari, Kulina, Yanomami, Anacé, Pitaguari, Potiguara, Tapeba, Guajajara, Krikati, Guarani-Kaiowá, Terena, Amanayé, Pipipã, Xukuru, Kaingang e Yanomami”. Sendo dos 113 assassinatos ocorridos em 2019, cerca de 40 mortes ocorridas apenas no Mato Grosso do Sul, o estado com os maiores índices de crimes contra povos indígenas.

As informações sobre escravização de vidas, da terra, violência contra os povos indígenas são ignoradas por uma leitura também reducionista dos malefícios da ingestão do açúcar, uma vez que se ignora o ataque que o mesmo faz a imunidade do corpo e se acentua sua ingestão como um risco ao aumento da gordura corporal, com enfoque maior aos padrões estéticos do que propriamente a saúde. Do ponto de vista nutricional, além de estar associado ao aumento de gordura corporal, por seu alto valor glicêmico (energético), podemos associar a ingestão do açúcar ao enfraquecimento do sistema imunológico, a perda de aspectos da memória espacial e a alteração no comportamento emocional, como o aumento da ansiedade (Cf. Reichelt et. al., 2015 e 2016).

Enfatizar os padrões estéticos é anular e esvaziar o debate. Fornecendo uma visão equivocada e reducionista àqueles que venham a apresentar críticas a dependência econômica do Brasil nas plantações da cana-de-açúcar, para uma discussão da diminuição da ingestão do açúcar, fazendo crer que o grande “risco” seja o aumento de gordura corporal, corroborando com os padrões estéticos violentos da própria indústria. A desinformação é uma das grandes barreiras do discurso dominante que direciona e normaliza as ações coletivas em nossa sociedade. A desinformação ocorre no controle e manipulação da informação da oposição aos hábitos que

direcionam e normalizam o discurso dominante, anulando o potencial crítico desses argumentos e descontextualizando toda a questão.

Os problemas precisam ser discutidos sem ignorar as diversas camadas que os mesmos envolvem, através de múltiplos olhares: ao contexto social, político, econômico, cultural e ambiental que os envolvem. Discutir sobre os alimentos ignorando sua origem, sua produção, os agentes produtivos, o impacto ambiental é esvaziar a questão. É fortalecer a visão equivocada que a mudança reside apenas no plano individual. Ou seja, o pseudo discurso da alimentação saudável. Pois se o principal “risco” é o aspecto estético artificial, o ganho de gordura corporal, compete tão somente ao indivíduo a mudança.

Mas, se olharmos o contexto histórico, ambiental e escravista das diversas formas de vida que sua produção envolve fica evidente que a mudança exige muito mais do que uma mera decisão do indivíduo, mas mudança no sistema de produção, fiscalização da terra e do trabalho, proteção e dignidade do trabalho, estratégias e pesquisas de produção sem destruição ambiental, políticas públicas que garantam acesso aos alimentos frescos, direito e proteção às comunidades indígenas e outras.

A construção de hábitos alimentares mais compatíveis o possível com a vida dos organismos propicia olhar para a questão sem ignorar os planos de análise e de possíveis discussões e não pode estar desvinculada das discussões sobre trabalho, terra e meios de produção. Acreditamos que o alimento que proporciona a saúde de um corpo individual está conectado com toda a história desse alimento, como, onde e por quem foi produzido, sobretudo a história local que o conecta a um determinado grupo de pessoas.

O discurso sobre alimentação não pode estar associado a negações, a restrições, como os discursos e slogans do mercado de zero lactose, zero açúcar, zero glúten. A alimentação adequada e compatível com a vida dos organismos humanos e não humanos deve ser associada à sua potência de restabelecer um organismo a pensar, a agir e a ter o poder de transformar o meio em que vive.

Assim, chegamos a uma dimensão mais profunda de nosso problema. Reconhecer a importância do tema ao ensino de Filosofia é reconhecer a importância do corpo e dos hábitos diários na construção de ideias e visões de mundo, a importância do corpo para a mente. A invisibilidade dos problemas ambientais inicia com o que estamos alimentando nossos corpos físicos. Além do açúcar que tem sido relacionado a perda de funções cognitivas e doenças neurodegenerativas, temos os riscos dos alimentos altamente industrializados, os ultraprocessados.

3. OS ULTRAPROCESSADOS

O que nos alimenta? Do que estamos nos alimentando? E qual a relação desse alimento com o que e como pensamos? Os alimentos ultraprocessados são vendidos estrategicamente como uma alimentação rápida e prática, e tem como atrativo o valor final acessível. As estratégias agressivas de propaganda, anunciam os ultraprocessados pela praticidade e por uma suposta equiparidade nutricional de uma alimentação in natura, quando na verdade os ultraprocessados são formulações industriais produzidas em várias etapas de processamento "que contêm pouco ou nenhum alimento inteiro em sua composição e que são tipicamente adicionadas de flavorizantes, corantes, emulsificantes e outros aditivos que modificam os atributos sensoriais do produto final" (Louzada et. al., 2022, p.2).

Os aditivos artificiais operam como um apelo ao paladar, olfato e visão fornecendo algo artificial e viciante que, com o tempo, alteram o apetite das pessoas pelos alimentos. Possuem pouco valor nutricional e grande valor energético, gerando ganho de gordura corporal e problemas de saúde:

Alimentos ultraprocessados têm maior densidade energética, mais açúcar livre e gorduras saturadas e trans, e menos fibra dietética, proteína, micronutrientes e compostos bioativos do que alimentos não ultraprocessados, e o seu consumo é sistematicamente associado à deterioração da qualidade nutricional da alimentação. Eles também induzem altas respostas glicêmicas e têm baixo potencial de saciedade. Seus ingredientes, que se caracterizam principalmente por açúcares e gorduras, somados a aditivos cosméticos e técnicas de processamento que se utilizam da destruição da matriz alimentar e da retirada de água, fazem com que o seu conteúdo nutricional não seja transmitido com precisão ao cérebro, afetando os sistemas de controle da saciedade." (Louzada et. al., 2022, p. 42).

A destruição da matriz alimentar e a retirada de água produzem falsas informações ao corpo, que não reconhecem o alimento, não produzindo a sensação de saciedade, levando ao maior consumo desnecessário, favorecendo as indústrias alimentícias e, com a construção de um corpo fraco, também as indústrias farmacêuticas.

O excesso de gordura corporal gerada pela ingestão excessiva dos ultraprocessados são compreendidos no discurso popular e em alguns casos até em artigos acadêmicos e profissionais da área, como a causa dos problemas. Quando na verdade o problema é a péssima qualidade dos alimentos ultraprocessados. Confundindo-se um dos possíveis efeitos, com a causa. O que aumenta a estigmatização e o preconceitos com relação as pessoas gordas que não necessariamente o são

pela ingestão de alimentos ultraprocessados, tendo outros fatores como determinantes. O discurso mercadológico da alimentação saudável não exclui os ultraprocessados, que é um dos maiores vilões de uma boa alimentação. Mas, fornece a equivocada impressão de que um produto com vários zeros (lactose, açúcar, glúten) são saudáveis.

Segundo Maia et. al. (2020, p.584) em uma pesquisa realizada com 102 alimentos e bebidas no período de 1995 a 2017, e previsão até 2030, em nosso país, a perspectiva é de uma queda de preço cada vez maior dos alimentos ultraprocessados em relação aos alimentos saudáveis:

Os preços médios dos alimentos processados e ultraprocessados foram superiores aos dos in natura ou minimamente processados e ingredientes culinários processados no período de 1995 a 2017. O preço dos alimentos não processados ou minimamente processados e dos ingredientes culinários processados aumentou continuamente até 2017, enquanto o preço dos alimentos processados também aumentou, porém com menor magnitude. Enquanto isso, o preço dos alimentos ultraprocessados aumentou durante o primeiro terço do período de estudo (até o início dos anos 2000) e diminuiu a partir de então. Se essas previsões forem cumpridas, a partir de 2026 os alimentos saudáveis (alimentos in natura ou minimamente processados e ingredientes culinários processados) ficarão mais caros do que os alimentos não saudáveis (alimentos ultraprocessados) no Brasil, aumentando a disparidade de preços entre esses grupos, mas agora desfavorável ao consumidor brasileiro. (Maia et. al., 2020, p.584, tradução nossa).

Temos assim um grave problema de ordem econômica, de falta de acesso alimentos frescos. Segundo Maia et. al. (2020, p. 585-586) quatro fatores que podem estar relacionados ao barateamento dos ultraprocessados: (i) o crescimento econômico que sustentou as melhorias no aparelhamento tecnológico das indústrias, (ii) a política agrícola nacional de incentivo governamental para a produção das commodities milho, soja e cana-de-açúcar, e, portanto, dos subprodutos óleo de soja, ração animal, açúcar e etanol, amplamente utilizados na indústria de ultraprocessados; o abandono de políticas dirigidas aos agricultores familiares, responsáveis por cerca de 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras, desde a década de 2000; e, por fim, (iv) a intensificação dos benefícios fiscais questionáveis para as indústrias de refrigerantes e grandes indústrias alimentícias na última década.

O crescimento econômico, a política nacional agrícola e os incentivos fiscais resultam no quadro de crise alimentar no Brasil e no aumento de mortes por doenças crônicas não transmissíveis, ou seja, diabetes, doenças cardiovasculares, alguns tipos de câncer, depressão, doenças gastrointestinais, doenças renais, dentre outras.

Olhando para a relação do contexto, a história que carrega o produto, e o efeitos do mesmo no indivíduo, vemos que ultraprocessados estão relacionados com o aumento da capacidade produtiva no Brasil que não reflete necessariamente melhoria na qualidade de vida de seu povo ou

de distribuição de renda, e também aliada a uma política agrícola nacional em prol das commodities em detrimento do esquecimento da agricultura familiar. Esses aspectos políticos e econômicos vão de encontro com a informação de que a ingestão de ultraprocessados provoca a destruição da matriz alimentar, que somada a retirada de água produzem falsas informações ao corpo, que fazem com que não reconheça o alimento e não produza a sensação de saciedade.

O aumento do consumo de ultraprocessados aparece relacionado com aumento de doenças crônicas no Brasil. O consumo de ultraprocessados parece desencadear um processo de entorpecimento do corpo e, portanto, da mente, que produzem uma cegueira sistêmica fazendo-o desconhecer o corpo e a sociedade doente que os produzem. As doenças para se tornarem crônicas possivelmente só são identificadas muito tardiamente pelas pessoas.

Segundo relatório publicado pela OMS, em 21/09/22, 75% das mortes no Brasil são causadas por doenças crônicas não transmissíveis. Ou seja, vivemos com um povo doente. Como um corpo que não consegue reconhecer os problemas que o aflige conseguirá reconhecer os riscos e problemas sociais e ambientais? A defesa da autonomia pessoal, política, econômica, social, cultural da pessoa, da liberdade de ação e pensamento, começa na defesa de um corpo bem alimentado. Como ser livre com um corpo mal alimentado? Como discutir a emergência da autonomia, ignorando os múltiplos olhares e as condições que a tornam possível? Essa é uma legítima e elementar questão filosófica, sobretudo do ensino de Filosofia. É crucial olhar para as condições que possibilitam a emergência de um pensamento autônomo e autêntico e para os problemas de nosso contexto político e social que impedem que ele ocorra.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA, ALIMENTAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No campo de pesquisa sobre ensino de Filosofia podemos encontrar os defensores da história da Filosofia ou de uma Filosofia temática que priorize os estudos clássicos, o que Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido* compreendeu como educação bancária. Mas podemos encontrar também, em resposta às metodologias que priorizam os conteúdos de Filosofia de textos europeus, as críticas a essa educação bancária na Filosofia, e dentro desse grupo, encontramos a perspectiva de uma Filosofia decolonial, que pode ser alinhada ao discurso da educação ambiental crítica feita no Brasil. Mas ainda carecemos nesse campo de pesquisa, em nosso país, de autores que se dedicam a pensar questões como ensino de filosofia e educação ambiental.

Numa revisão de literatura feita na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)², constatamos quando pesquisamos no campo ‘assunto’ as palavras: ensino de filosofia ou filosofia, alimentação e educação ambiental, não temos resultado. Obtivemos resultados quando pesquisamos filosofia e alimentação, ou ensino de filosofia e educação ambiental.

Sobre ensino de filosofia e alimentação não obtivemos resultados, por isso procuramos em assunto por filosofia e educação ambiental. Encontramos duas teses de doutorado (Klotz-Silva, Juliana, 2015; Soares, Sonia, 2015) que buscam através de Filosofias apresentar uma discussão sobre hábitos alimentares e alimentação saudável. Mas carecem pesquisas que procurem discutir o problema da alimentação no contexto do ensino de filosofia.

Klotz-Silva (2015) apresenta uma crítica sobre o conceito de hábitos alimentares no campo da nutrição, a partir do pensamento complexo de Morin (2010). O filósofo em questão apresenta em sua obra, *Ciência com Consciência*, a perspectiva do pensamento complexo que possibilita olhar para os problemas nas distintas camadas (científica, psíquica, social, econômica, política, e outras). Mas no trabalho citado, a discussão situa-se num problema específico do conceito de hábitos alimentares no campo da nutrição, não apresentando uma reflexão compatível com a perspectiva de uma educação ambiental crítica.

Soares (2015) traz uma discussão sobre alimentação saudável a partir da obra de Kant sobre a dimensão legal (esfera pública) e dimensão moral (esfera privada). Seu trabalho busca relacionar a busca pela alimentação saudável como um dever do Estado na perspectiva kantiana. Lançando mão de um importante estudo de caso sobre a produção de alimentos transgênicos no Brasil. Sua crítica à produção de transgênicos apresenta bons argumentos como a defesa pela diversidade, mas que não se sustentam pelo pensamento filosófico de Kant. Os problemas que encontramos em nosso contexto precisam de um estudo amparado na Filosofia a partir dos problemas de nossa terra e com base em nossa história, e não na leitura dos clássicos que pertencem a outro contexto histórico e têm outros objetivos.

Sobre ensino de filosofia e educação ambiental obtivemos nove resultados, dentre os quais apenas dois referem-se, de fato, ao ensino de filosofia (Müller Junior, Levy, 2018; Souza, Sandra R. R. S de, 2021).

² Feita em 02 de agosto de 2024.

Müller (2018) apresenta em seu trabalho um projeto escolar que relacionou o conceito grego clássico de *bem comum* para a tutela dos recursos naturais durante as aulas de ética na disciplina de filosofia. Diferentemente desse que não se encaixa numa discussão de uma educação ambiental crítica, o trabalho de Souza (2021) apresenta uma discussão sobre as epistemologias éticas ambientais e da educação ambiental existentes nas práticas de ensino de Filosofia a partir da teoria quântica. A investigação baseiou-se nos livros: *O ponto de mutação*, de Fritjot Capra (2006); *Os setes saberes necessários à educação do futuro*, de Morin (2011); *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*, de Leff (2015); *Correntes da ética ambiental*, de Pelizzoli (2002) e *Ética e educação ambiental: a conexão necessária*, de Grün (2012).

Capra (2006) apresenta em suas pesquisas a necessidade de romper com as especialidades do conhecimento, olhar para as conexões que nos possibilitam ocupar-nos de relações que não resultem em catástrofes. A busca por um novo paradigma que dê conta da ecologia profunda, que Capra defende, tem relação com o conceito de pensamento complexo defendido por Morin (2010) em suas obras. Capra e Morin situam-se no âmbito de um discurso que viabilizam o caminho para a diversidade, mas que não problematizam as pretensões universalistas. A defesa de Leff (2015) por uma democracia e racionalidade ambiental, se encaixam também nos argumentos de Grün de uma crítica à racionalidade reducionista cartesiana. Leff e Grün apresentam também reflexões sobre o nosso contexto, a América Latina.

Na perspectiva de uma educação ambiental crítica, que traga ao primeiro plano de discussão as especificidades históricas das questões ambientais do território, encontramos a filósofa indiana e também ativista política Vandana Shiva. Com uma extensa bibliografia, a filósofa vem travando debates sobre o problema das mulheres, da democratização das sementes, da água e do alimento no ambiente acadêmico e não acadêmico. No Brasil, encontramos o filósofo indígena Ailton Krenak disposto a olhar filosoficamente sobre os problemas de nossa terra. Ambos autores apresentam a proposta de uma filosofia que não se sustenta com base em autores, mas na reflexão dos problemas de nosso contexto. Contudo, tanto Shiva como Krenak não discutem especificamente o problema no campo do ensino de filosofia.

O baixo resultado de pesquisas de teses e dissertações sobre o tema feitas no BDTD evidencia que a educação ambiental vem sendo pouco discutida no campo de estudos sobre ensino de filosofia, e a emergência, dado o cenário que nos encontramos, de aumentar discussões sobre o assunto. As pesquisas de Sorrentino e parecerias que lançamos mão no presente artigo se

circunscrevem em estudos de uma educação ambiental onde ecologia e política são inseparáveis. O próprio Capra (2006) em entrevista no programa Roda Viva responde a Sorrentino, presente no corpo de entrevistadores, que as discussões sobre educação ecológica no Brasil, enquanto herdeiros de Paulo Freire, está vinculada a defesa de emancipação política, aspecto que faltava em seus trabalhos. A emancipação política é possível quando questões sociais e questões ambientais, ecologia e política, andam juntas e possibilitam o encaminhamento de rotas de ação que consolidem na criação e no fortalecimento de políticas públicas e mudanças na legislação.

Segundo Sorrentino et al (2020, p.4) uma ou mais pessoas educadas ambientalmente seriam pessoas comprometidas com uma nova cultura da Terra, terra e territórios de existência. Nesse sentido, nos interessa pensar numa educação que forneça a noção de pertencimento a uma comunidade que possui os pés enraizados nessa terra compartilhada entre diferentes organismos e que abrange diferentes sistemas. Uma educação que busca fundamentar-se em conhecimentos com pretensão universalista acaba soterrando os conhecimentos da cultura de cada povo e território.

Em Diálogos em Educação Ambiental, Pazo e Sorrentino (2022) nos convida a pensar a educação ambiental como uma nova cultura do corpo, da Terra, da terra e do território, por meio da crítica aos modelos heteropatriarcais, coloniais e saqueadores de pessoas, culturas e da Terra. Pessoas comprometidas em pactuar, planejar e construir políticas públicas que diminuam as injustiças e o não acesso aos bens de vida, sobretudo o alimento, dentro de uma atmosfera regida por princípio de ação democrática. É necessário fazer-se comunidade através da cooperação e do pensar coletivo para que ocorra a conciliação, compensação e reparação.

Nessa leitura, acreditamos que corpo e mente não possam ser compreendidos de forma isolada. Partindo da ideia de conciliação, compensação e reparação, propomos olhar para como estamos alimentando nosso corpo para compreender como estamos pensando e como poderemos pensar e mudar nossa ação no mundo.

O ensino de Filosofia pautado numa educação política que prioriza o estudos de obras e autores clássicos, concebe problemas teóricos que não emergem das relações de poder presentes nas comunidades e territórios locais, direcionando nosso olhar para a busca de formas de organização que ignoram a comunidade real de organismos e sistemas que compreendem o nosso meio. A Filosofia feita a partir dos textos de filósofos de terras distantes tanto geograficamente, quanto cultural-, social- e politicamente, nos impossibilita de encontrar soluções aos nossos

problemas. Fortalecendo a separação do conhecimento filosófico e do meio em que vivemos, em outros termos, da teoria e da prática, do pensamento e da ação.

No presente trabalho pensamos o ensino de Filosofia através dos problemas de nossa terra. Acreditamos que os temas e princípios de uma educação ambiental crítica forneçam caminhos para o ensino de Filosofia. Assumimos e defendemos aqui que deve existir uma relação de codependência entre ecologia e política para que sejam possíveis novos hábitos coerentes com todas as formas de vida que nos habitam, aquelas que nos cercam e outras em que habitamos.

5. O PAPEL DO ENSINO DE FILOSOFIA NA CONSTRUÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os alimentos tóxicos, alimentos que inflamam e sobrecarregam o sistema imunológico impossibilitam de perceber o que está ocorrendo a nossa volta. Corpo doente, mente doente. Normalizar em nossos corpos alimentos que são produtos de processos de escravização seja da terra e dos organismos, acabam normalizando em nossa concepção de mundo tais desigualdades e processos de violência e escravização.

Mas de que forma podemos alterar isso? De que forma podemos através do ensino de Filosofia proporcionar uma concepção de alimentação coerente com a vida da terra e dos organismos?

O fazer-se comunidade e o pensar coletivo encontram barreiras nos hábitos neoliberais que apreendemos na sociedade consumista. É “preciso sistematizar, divulgar e participar das ações de rebeldia social e resistência cotidiana ao neoliberalismo” (Pazos; Sorrentino, 2022, p.4). A rebeldia social e resistência cotidiana encontram um sentido e um caminho construtivo desse fazer-se comunidade. Os hábitos neoliberais passam despercebidos e precisam ser identificados. Por exemplo, um indivíduo supostamente ilustrado e que se crê livre, que faz sua crítica ao sistema econômico dominante atual se isolando do mundo e das redes de apoio, está mais alienado do que imagina. A percepção/leitura crítica de nossas ações no mundo é um dos objetivos do ensino de Filosofia. Contudo, um ensino de Filosofia amparado em fundamentações estrangeiras, alheio a nossa história, que prioriza a história da Filosofia europeia, que se dedica à conceitos distantes que não possuem conexão com a nossa terra, operam também no isolamento desses indivíduos pela desconexão com o meio.

Participar de ações de desobediência organizadas coletivamente envolve sair mera ilustração intelectual, envolve um saber-fazer, aprender a enxergar com os olhos de outrem e apreender a enxergar as condições reais e históricas que pertecemos e estamos inseridos. Saber reconhecer que toda crítica ao sistema concebido de forma isolada é fraca. O neoliberalismo se fortalece na crença de um indivíduo que se vê como super-homem, na ideia de genialidade, na arrogância da auto-subsistência, presente muitas vezes direta ou indiretamente nos discursos dos que defendem o ensino de Filosofia clássico, ou seja, que tem como núcleo filósofos europeus. O ensino de Filosofia aliado à educação ambiental crítica envolve dimensões de um saber-fazer, porque propõe pensar e dialogar sobre nossa realidade tendo como mediação para essa investigação as nossas ações, que corroboram e ajudam a problematizar o que pensamos.

A história da produção de cana-de-açúcar em nosso país através do sistema plantation, da desertificação do nordeste e do trabalho escravo, da sua ligação com a escravidão contemporânea, aquecimento global, e violência com os povos indígenas, da suposta associação de seu consumo com perda de memória e enfraquecimento do sistema imune são informações que compõem o quadro ignorado. O ensino de Filosofia aliado à educação ambiental crítica proporcionam compreender que discutir sobre alimentação não é isolar seus componentes e ver seus efeitos, mas olhar todos esses componentes dentro do contexto histórico, social, político, econômico e ambiental em que foi concebido e, a partir da experiência da ação, com a mudança nos hábitos alimentares, compreender a natureza das relações que se estabelecem a partir dele.

A *identificação da desinformação* em associar alimentação saudável à restrições e ao sofrimento na conquista de padrões estéticos violentos, associada com a *investigação das informações sobre o contexto histórico, político, social e econômico* que foram desprezadas, e com o encaminhamento da *experiência da mudança de hábitos*, fornecem as condições para a compreensão de uma alimentação coerente com a vida. Fornece também o caminho e o papel do ensino de Filosofia. Ou seja, a perspectiva filosófica pode nos apropriar de uma concepção sobre alimentação que não menospreza as pesquisas científicas sobre o alimento e a justiça nos processos de produção e de relação com a terra. Possibilitando que haja justiça a todos os organismos que fizeram parte da história desse alimento, e que também faz parte da história desse indivíduo que se alimenta. Temos assim, pela perspectiva filosófica, a conquista de um corpo e mente sã em sincronia com a justiça da terra e todas as formas de vida.

O que nos leva a conquista, enquanto sociedade, da compreensão de que o alimento não pode ser avaliado de forma descontextualizada, apenas pelos seus elementos químicos, mas a relação desse alimento na história de um povo, para se compreender se são nocivos ou não. Acreditamos que há relação de alguns alimentos que são considerados maléficos para um povo com a exploração da vida que a história que esse alimento possui naquele ambiente. A investigação alimentar precisa ser feita por cada povo. Corroborando com o fazer-se comunidade e o pensar coletivo.

Nesse sentido, por meio de nossa pesquisa, acreditamos que o ensino de Filosofia aliado a educação ambiental crítica possam fornecer as ferramentas para identificar a desinformação, as leituras reducionistas do discurso dominante, por meio da dimensão crítica e ética do contexto social, político, econômico, psíquico, espiritual e outros que estamos inseridos. Proporcionando aos estudantes a percepção por meio da ação dos diversos e múltiplos planos de análise nos níveis micro (individual) e macro (social) que o problema envolve. É importante compreender o equívoco, a desinformação, que faz com que o grande público não interprete o problema, compreender como a desinformação opera. E, ao mesmo tempo, fornecer as raízes com nossa história, nosso corpo, nossa terra e território que possibilitam a ação no mundo.

A resistência é cotidiana. É urgente alinhar as propostas do ensino de Filosofia a perspectiva de uma educação ambiental crítica que promovam uma comunidade consciente dos movimentos diários ao participar ou não de certos grupos, lugares, pensamentos, sobretudo, do que se alimenta. É necessário criar rotas e caminhos que possam ser seguidos que sirvam de orientação da ação. Desdobrar a teoria em práticas onde possam ser construídas rotas de ação são fundamentais para que hábitos compatíveis com a vida de todos organismos possa conseguir criar raízes na comunidade.

REFERÊNCIAS

DUBOS-RAOUL, Marine. A expansão do setor sucroenergético em território indígena no sul de Mato Grosso do Sul-Brasil. **Confins – Revista Franco-Brasileira de Geografia**, [Online], 2023. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/50955>. Acesso em: 15 mai. 2024. doi: <https://doi.org/10.4000/confins.50955>

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 2006.

- CAPRA, Fritjof. **Entrevista ao Programa Roda Viva**. TV Cultura. Janeiro de 2006.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 65.ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental: a conexão necessária**. 14. ed. Campinas: Papyrus, 2012.
- KLOTZ-SILVA, Juliana. **Hábitos alimentares e comportamento alimentar: do que estamos falando?** 75 f. Tese (Doutorado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 2010.
- MORIN, Edgar. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília (DF): UNESCO, 2011.
- LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- LEITE, Maurício Soares. Sociodiversidade, alimentação e nutrição indígena. In: BARROS, D. C., SILVA, D. O., e GUGELMIN, S. Â. **Vigilância alimentar e nutricional para a saúde Indígena** [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. ISBN: 978-85-7541-587-0. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fyyqb/epub/barros-9788575415870.epub>. Acesso em: 15 mai. 2024. doi: 10.7476/9788575415870.009.
- LOUZADA, M. L. da C; COSTA, C. dos S; SOUZA, T. N; CRUZ, G. L. da; LEVY, R. B; MONTEIRO, C. A. Impacto do consumo de alimentos ultraprocessados na saúde de crianças, adolescentes e adultos: revisão de escopo. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 37, n. 13, p. 1-48, abril, 2022. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2021.v37suppl1/e00323020/>. Acesso em 15 mai. 2024. doi: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00323020>.
- MAIA, E., DOS PASSOS, C., LEVY, R., BORTOLETTO MARTINS, A., MAIS, L., CLARO, R. What to expect from the price of healthy and unhealthy foods over time? The case from Brazil. **Public health nutrition**, vol. 23, n. 4, p.579-588, janeiro, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31937385/> Acesso em 15 mai. 2024. doi: <https://doi.org/10.1017/S1368980019003586>.
- REICHELT, A. C.; MORRIS, M. J.; WESTBROOK, R. Daily access to sucrose impairs aspects of spatial memory tasks reliant on pattern separation and neural proliferation in rats, **Learning & memory (Cold Spring Harbor, New York)**, vol. 23, n. 7, p.386–390, junho, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27317199/> Acesso em 15 mai. 2024. doi: <https://doi.org/10.1101/lm.042416.116>.
- REICHELT, A. C.; KILLCROSS, S.; HAMBLY, L. D.; MORRIS, M. J.; WESTBROOK, R. Impact of adolescent sucrose access on cognitive control, recognition memory, and parvalbumin



immunoreactivity. **Learning & memory (Cold Spring Harbor, New York)**, vol. 22, n. 4, p.215-224, março, 2015. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4371171/> Acesso em 15 mai. 2024. doi:
<https://doi.org/10.1101/lm.038000.114>.

SOARES, Sônia. **Ética da alimentação: porque devemos, segundo Kant, escolher uma alimentação adequada e saudável**. 268 f. Tese (Doutorado em Filosofia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa Integrado de Doutorado em Filosofia, 2015.

SORRENTINO, Marcos; PORTUGAL, Simone; SERANTES, Araceli; VALES, Carlos. Por una nueva cultura de la tierra, Tierra e território: rutas de transición para sociedades sustentables.

Carpeta Informativa del CENEAM, pp. 1-9, abril, 2020. Disponível em:

<https://www.miteco.gob.es/es/ceneam/articulos-de-opinion/>. Acesso em 15 mai. 2024.

SERANTES-PAZOS, Araceli; SORRENTINO, Marcos. Diálogos em Educação Ambiental e Clima. **Revista Ambiente & Educação**, v.27, n.2, pp. 1–20, dezembro, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/14870>. Acesso em 15 mai. 2024. doi:
<https://doi.org/10.14295/ambeduc.v27i2.14870>